

Crime e castigo, corpo e espírito: a guerra nas tramas íntimas de uma família

A Thais Lemos Duarte

Camila Pierobon¹

Resumo: Este texto discute como tortura e morte se tecem às relações de família e vizinhança como condição durável. A partir da experiência de uma mãe cuja filha trabalhou para o tráfico de drogas, foi torturada por policiais militares, ameaçada de morte pelos traficantes locais e ficou nove meses presa, o artigo analisa como a guerra às drogas se tece aos modos de existência, às maneiras de se estabelecer relações uns com os outros e na própria formação da pessoa como sujeito.

Palavras-chave: tortura, guerra às drogas; periferias; parentesco; vizinhança, Rio de Janeiro, Brasil.

Crime and Punishment, Body and Spirit: War in the Intimacy of a Family

Abstract: This article examines how torture and death intertwine in family and neighborhood relationships in a lasting way. Using a case study, the experience of a mother whose daughter worked for the drug trade, was tortured by military police, threatened with death by local drug dealers and imprisoned for nine months, we see how the war on drugs infiltrates modes of existence, the ways in which people relate to one another, and the very formation of the person as subject.

Keywords: torture; war on drugs; peripheries; kinship; neighborhood; Rio de Janeiro, Brazil.

Introdução²

Viver o dia a dia em favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro significa lidar com a experiência da tortura e da morte não como algo espetacular, mas como parte das “texturas da vida cotidiana” (Das 2020). As histórias que trago abaixo não entram nos registros oficiais, não são divulgadas em jornais, mas estão presentes nas conversas, acusações e fofocas que fazem as tramas de relações de família e vizinhança. Desde sua fundação, a cidade do Rio de Janeiro acumula experiências de tortura e morte que se entrelaçam às políticas contemporâneas de guerra às drogas. Os rastros da escravidão e do racismo se sobrepõem às formas contemporâneas de guerra e se tece aos modos de existência, às maneiras de se estabelecer relações uns com os outros e na própria conformação do *self*.

Para compreender como tortura e morte se infiltram no cotidiano faço o movimento proposto por Veena Das de “descer ao ordinário” (2007) ao apresentar as maneiras com que essas experiências se inscrevem na vida íntima e doméstica dos moradores dessas localidades. Na tentativa de acessar os conhecimentos que falam de tortura e morte corremos sempre o risco de reproduzir as “palavras congeladas” (Das 2007), a saber, palavras que reproduzem o vocabulário vigente na cena pública e conformam o enquadramento semântico, analítico e político para lidar com essas questões. Como Adriana Vianna (2021) nos alerta, temos

¹ Pesquisadora no Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. É pesquisadora dos grupos de pesquisa Casa (IESP/UERJ) e ResidualLab (UERJ). Centro Brasileiro de Análise e Planejamento / São Paulo, SP, Brasil camilapierobon@cebrap.org.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7590-0773>

² Este texto é a versão em português de **Crime et châtimeant, corps et esprit : la guerre dans l'intimité d'une famille**, originalmente publicado na *Revista Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales*. Ele foi escrito durante minha estadia como pesquisadora visitante no Departamento de Antropologia da Universidade de Johns Hopkins, em que pude assistir os cursos sobre Guerras Contemporâneas ministrado por Veena Das. Tive a oportunidade de apresentar versões anteriores deste trabalho nos seminários “Midis de Brésil(s)”, em parceria com a Fundação Maison des Sciences de l’Homme, e “Insurgent Voices in Brazil’s Lethal Democracy: Events in Honor of Marielle Franco 1979-2018”, organizado pelo Behner Stiefel Center for Brazilian Studies da San Diego State University. Agradeço a leitura e comentários valiosos dos presentes em ambos os seminários, em especial a Mônica Raisa Schpun, Octavie Paris, Sylvain Souchaud, Dvid Lehmann, Jaime Amparo Alves, Erika Robb Larkins, Rute Fiuza, Debora Silva e Mônica Cunha. Por fim, agradeço as leituras e críticas generosas de Patrícia Birman, Adriana Vianna, Carla Mattos e dos parecerias ad hoc. Agradeço à FAPESP pelas bolsas que permitiram a realização deste trabalho, processos: 2018/15928-2 e 2019/25691-2.

que estar atentos ao potencial traiçoeiro e enganador das palavras. Por isso, termos como vítima e algoz têm pouco lugar aqui, pois, além de serem utilizados de forma específica na vida cotidiana dos moradores de periferias, acabam por orientar a construção do problema da tortura e da morte a partir de certos conceitos jurídicos ou de uma agenda pública que, como Sarti destaca, pode apagar experiências que divergem do enquadramento estabelecido (ver: Sarti 2021).

O fato de termos como objeto privilegiado de pesquisa as instituições de estado³ que produzem a tortura e a morte - como as prisões, as delegacias de polícia ou ainda as operações militares - nos permite ver uma parte do problema. Isso não significa que estes não sejam importantes lugares de análise. Contudo, como os trabalhos de Das (2007, 2020, 2022) demonstram, essas instituições deixam seus “rastros” na vida diária e se tecem na intimidade das relações de família e vizinhança e na formação da pessoa como sujeito. Os caminhos para acessarmos as “assinaturas” dessas instituições na vida cotidiana não têm uma regra específica. Eles podem se dar por meio das memórias de dor (Das 2007; Sarti 2019), pelos objetos e documentos que as pessoas guardam em suas casas (Farias 2020; Motta 2020), mas também pelas cicatrizes presentes corpos daqueles que foram torturados (Das 2022; Segal 2020), pela presença-ausente de um familiar que desapareceu (Ferreira 2015; Araujo 2014), ou pelos cemitérios oficiais e clandestinos que, no Rio de Janeiro, são majoritariamente localizados em bairros periféricos e constroem a concretude da morte como algo indissociável da vida dos moradores dessas localidades⁴.

A afirmação de que os rastros das instituições estatais estão presentes na vida diária dos moradores de periferias é feita no plural, pois, embora eu vá trazer a história de uma família que tem sua singularidade, as experiências de tortura e morte são vividas coletivamente. Em contiguidade a isso, o cotidiano nas periferias do Rio de Janeiro se tece via testemunho mútuo. Grosso modo, o testemunho foi concebido como uma forma de transmissão da violência entre aquele que viveu as aflições em seu corpo àqueles que não passaram por esta experiência. Este outro que recebe o testemunho é conceitualizado como alguém pertencente a uma comunidade política distinta que, ao conhecer as narrativas dor, teria a responsabilidade de agir para que a violência não se repita. A proposta de testemunho mútuo que apresento aqui caminha em um sentido diferente. Seu caráter “mútuo” fala de pessoas que compartilham formas de vida específicas e narram entre si as violações que viveram conservando a singularidade da experiência que, ao se acumular nesta via de mão dupla entre narrar e ouvir, constrói a experiência também como coletiva. No testemunho mútuo não se trata de conhecer a violência para que ela não se repita, mas de partilhar experiências na tentativa de desvelar a opacidade das relações de poder locais afim de proteger a si mesmo e ao outro de uma possível crueldade que pode subitamente acontecer.

Neste texto, discuto a inscrição da morte e da tortura nas relações de família e vizinhança de Leonor, minha interlocutora de muitos anos⁵. Meu foco será a relação de cuidado materno que ela estabeleceu com sua filha Layla - que trabalhou para o tráfico de drogas, foi torturada por policiais militares, ameaçada de morte por seus colegas de trabalho no

3 Utilizo o termo “Estado” em letra maiúscula, quando me refiro à discussão de Abrams (2006) que difere o “Estado ideia” do “Estado prática”. O “Estado ideia” trata dos processos de abstração, no qual o Estado aparece como unidade coesa de sentido. Por outro lado, “Estado prática” nos permite olhar para as agências do estado na vida social. Das e Poole (2004), em um sentido que dialoga ao proposto por Abrams, trazem “estado” grafado com letras minúsculas exatamente para que as análises consigam mostrar as formas com que o “Estado” aparece como abstração e como o “estado” aparece em suas práticas.

4 O jornal UOL publicou uma série de reportagens sobre os cemitérios clandestinos que formam a paisagem urbana das periferias das cidades no estado do Rio de Janeiro. Entre 2018 e 2022 a polícia civil recebeu 424 denúncias anônimas de cemitérios clandestinos no estado, em sua grande maioria não investigados. Além disso, desde 2016 cerca de 360 corpos foram encontrados em lagoas, rios e praias, estratégia com o objetivo de dificultar a identificação do cadáver e as investigações. <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/13/valas-rio-teve-284-denuncias-liga-das-a-traffic-e-116-a-milicia-desde-2018.htm>

5 Eu iniciei o trabalho de campo na ocupação onde vive Leonor no ano de 2010, como assistente de pesquisa da Dra Patricia Birman. Entre 2013 e 2015 e entre 2016 e 2018 eu frequentei semanalmente a casa de Leonor como parte do trabalho de campo para a realização do dou-

tráfico e passou nove meses presa. Os conhecimentos prévios de Leonor sobre o funcionamento concreto do estado direcionado aos “traficantes” - seja os policiais militares que atuam na localidade e também juízes, promotores e defensores que trabalham em audiências judiciais - fizeram com que Leonor transitasse por muitos caminhos para “salvar” sua filha. Veremos como o acionamento de vizinhos, familiares e entidades religiosas, bem como seu processo de conversão religiosa, formam uma complexa rede de cuidado e perigo que não excluem traficantes, policiais, promotores e juízes na vida ordinária da guerra. Aqui, me somo ao argumento de Veena Das (2019, 2020, 2022) e Lotte Segal (2018, 2020), quando as autoras escrevem que tortura e morte não agem apenas sobre os corpos e mentes daqueles que foram violentados, mas se embebem nas texturas e nuances profundas que fazem as relações sociais.

Em meus trabalhos, tenho argumentado que os efeitos da guerra às drogas na vida íntima das famílias e nas relações de vizinhança não são efeitos colaterais da guerra. Ao contrário, a inscrição da guerra na intimidade das relações é exatamente o que faz dela uma potência destruidora. No Rio de Janeiro, grupos armados como a polícia militar, o tráfico de drogas e as milícias estão enredados nos processos de fazer família e vizinhança. Esses grupos constituem a “intimidade agonística” (Das 2020) do parentesco e da vizinhança elevando sua tensão na medida em que os perpetradores e as aqueles que recebem a violência estão dentro das casas e constituem, ao mesmo tempo, as relações de família, do bairro e de poder locais (Rechtman 2022).

Como introduzi acima, neste texto eu não trato a tortura como algo espetacular, mas como um evento extraordinário que se enreda à ordinariedade e singularidade da vida de Leonor e Layla. O caminho narrativo que escolhi foi o de localizar o evento na relação com os acontecimentos que o antecedem e sucedem, a fim de demonstrar como as experiências de tortura e morte se tecem as histórias de parentesco

e vizinhança como condição durável (Segal 2018). Este texto se soma ao debate que trata a tortura como parte das interações humanas num mundo que se constitui em meio à violência e ao racismo. Assim, convido as leitoras e os leitores a pensarem a tortura não como uma exceção, mas como um fenômeno social que precisa ser reconhecido e teorizado como parte da sociabilidade humana (Das 2019, 2020, 2022; Segal 2018, 2020).

Uma filha no tráfico de drogas

Fazia poucos mais de seis meses que eu frequentava a casa de Leonor quando as histórias de morte e tortura começaram a ser narradas. Em 2013, ano em que a conheci, eram comuns as conversas sobre os cuidados que ela dedicava aos filhos vivos, cuidado este que não se fazia sem que a morte de seu filho mais velho fosse uma presença constante. Glauber desapareceu no mar em um dia de trabalho como vendedor informal na praia do Arpoador, zona sul da cidade. Leonor acusava seu próprio irmão e cunhada de matarem seu primogênito na tentativa de encerrar a briga familiar pela herança da casa deixada pelo pai recém falecido (Pierobon 2021). Foram vinte dias na busca pelo corpo do filho, encontrado em estado de decomposição na praia da cidade vizinha. A vida devastada da mãe foi lentamente sendo recuperada, mas de uma forma que remodelara a relação com os parentes vivos e mortos, com as entidades religiosas e consigo mesma. Ela mudou de bairro para viver longe de seu irmão, passou por um processo de conversão religiosa e dedicou seus dias para proteger os filhos mais novos: Layla e Vitor. Silvio era um filho “trabalhador” e já havia constituído a sua própria família. Layla e Vitor, adolescentes, exigiam atenção contínua de Leonor para que eles “não caíssem em caminhos errados.”

Para muitos dos jovens moradores de favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, a possibilidade de ingressar em algum grupo de tráfico

torado. Este texto foi elaborado a partir do registro das conversas informais que tivemos em sua casa.

de drogas local é um convite tentador que promete um maior status social, de poder e econômico, frente à realidade do trabalho informal, mal pago, socialmente desrespeitado e marcado por humilhações. Ao mesmo tempo, a possibilidade de que um membro da casa integre uma facção de tráfico de drogas se torna um fantasma que assombra as relações de família, em especial as mães que, em geral, exercem um trabalho diário e minucioso para que isso não ocorra com seus filhos (Castro, et al 2021; Motta 2020; Muehlmann 2018; Garcia 2015). As consequências de ter um filho no tráfico de drogas implica para essas mulheres a possibilidade de viver experiências profundamente dolorosas, na qual a tortura e o assassinato estão dentro do campo do possível e não se separam das experiências pregressas de desaparecimento, tortura e morte dentro da família⁶. Essas experiências passadas e presentes são compartilhadas no cotidiano pelas milhares de mulheres que perderam avôs, pais, irmãos, maridos, filhos e sobrinhos nos bairros em que vivem, com linguagem e performatividade específica para cada situação. Se as mulheres transmitem o desaparecimento, a morte e a tortura de seus entes queridos neste processo que estou chamando de testemunho mutuo, essas histórias estão emaranhadas nos difíceis processos de refazimento da vida diante dessas circunstâncias, nem sempre realizável⁷.

Além da questão familiar, ter um filho no tráfico de drogas implica na formação de uma complexa rede de vigilância interna às casas e também dirigida às relações que se estabelecem no bairro. A

oposição “trabalhadores” e “bandidos” opera como uma divisão moral que se embebe nas já tensas relações de parentesco e vizinhança (Feltran 2011a; 2011b). A vigilância interna às casas e ao bairro não está separada da vigilância feita por policiais que trabalham na localidade e também pelos trabalhadores do tráfico, embora tenham natureza e tecnologias distintas (Menezes, Mano 2021). Na vigilância interna às casas, os familiares vigiam seus filhos em momentos de profunda intimidade na tentativa de desvelar seus caminhos e os perigos que estão correndo⁸. A vigilância feita pelo tráfico local consiste em observar os passos dados pela polícia, o movimento de pessoas para que outros grupos de tráfico de drogas e de milicianos não invadam a área, mas também exige atenção constante aos olhares vigilantes dos familiares. No caso da vigilância policial, a questão se torna ainda mais delicada, pois a identificação de uma pessoa como “bandido” pela polícia faz com que certas casas se tornem “visadas” (Rosa 2014) e passem a ser alvo de invasões policiais cotidianas, o que difere das grandes operações militares que marcam a cena pública da cidade. É neste emaranhado de relações que família e vizinhança são enredadas ao cotidiano da guerra. A opacidade e a desconfiança marcam a vida diária dos moradores de periferias e envolvem na mesma trama esses mútuos olhares vigilantes e as formas de contorná-los.

Quando Leonor e seus filhos se mudaram para a ocupação onde a conheci, Layla tinha entorno de quinze anos. Naquele momento, Leonor entendia

6 Durante o trabalho de campo, eu ouvi algumas histórias de mulheres que vivam no presente a experiência da prisão, do desaparecimento ou da morte a partir do que ocorria com seus filhos. Em alguns casos, as mesmas mulheres já haviam vivido a morte, o desaparecimento ou a prisão na relação com um primo, irmão ou pai. Esta me parece ser uma agenda importante de pesquisa sobre violência no Brasil, que ajudaria a compreender as continuidades de experiências de violência em diferentes regimes políticos, bem como as formas de conhecimentos sobre morte, tortura e prisão que são partilhadas entre diferentes gerações de uma mesma família. Sobre a continuidade das violências ocorridas na ditadura chilena e seu entrelaçamento com as violências contemporâneas nas mesmas famílias ver Han 2012.

7 No Rio de Janeiro há um crescente interesse por compreender como as mulheres, e em especial as mães, retomam suas vidas após o assassinato de seu filho. Em geral, as pesquisas focam nas mães que se engajam em movimentos sociais e “fazem do luto a luta” por reparação e justiça (Leite 2004; Vianna e Farias 2011; Vianna 2015; Farias 2020). Em um sentido distinto, o texto de Eugênia Motta (2020) trata justamente de uma mãe cujo filho trabalhava para o tráfico de drogas e foi assassinado por policiais e desenvolve uma doença auto-imune, que ela própria atribui à dor diante da perda de seu filho, e morre. Nos anos recentes, tenho acompanhado a narrativa de adoecimento e morte de algumas mulheres cujos filhos foram assassinados. Como a morte de um filho se embebe em outras mortes me parece ser um tema importante a ser analisado para compreendermos os efeitos profundos que a guerra às drogas produz no cotidiano como condição durável.

8 Em um trabalho recém publicado em co-autoria com Patrícia Birman (2021), descrevemos a situação em que Cristina, mãe de um jovem que trabalha para o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, vigiava seu filho no momento em que ele dormia, na tentativa de capturar os perigos que ele ocorria. Se o sono do filho era agitado ou se ele dormia bem, eram sinais importantes para a mãe tentar desvelar as situações que ele vivia. Ao ouvir os rumores sobre uma ameaça de morte destinada a seu filho, ela passou a vigiar a agitação de seu sono. Foi dessa maneira que Cristina percebeu que o filho estava correndo perigo de vida e o incentivou a fugir para a cidade de São Paulo, o que ele fez.

que a filha estava muito “rebelde” devido os experimentos estéticos que ela fazia em seu corpo como a inserção de piercing na língua e orelha, as brigas que ela se envolvia no bairro e sua orientação sexual. Na tentativa de construir um “futuro” para Layla, Leonor percorreu as escolas públicas da região em busca de uma vaga. À época, Leonor era crente da Igreja Batista. Os cabelos longos e as saias compridas ajudaram-na a convencer o diretor a matricular sua filha em uma escola considerada de excelência. Não demorou para que Leonor começasse a receber notificações sobre o comportamento da filha na escola. Em uma reunião com o diretor do colégio, Leonor foi avisada que Layla trabalhava para o tráfico de drogas do Morro da Providência, favela próxima à sua casa.

Receber a notícia de que a Layla era uma “traficante” feriu o sonho de Leonor de ver sua filha “formada e não chave-de-cadeia.” A decepção foi tamanha que, ao encontrar Layla, Leonor deu-lhe uma “surra.” Leonor chama de “sem futuro” o período em que Layla deixou a escola, passou a usar maconha e cocaína e trabalhou para o tráfico de drogas. O sentido de “sem futuro” implicava na previsibilidade e imprevisibilidade que está contida na experiência de se viver em um mundo em guerra, em que a possibilidade de morrer de overdose, pela polícia ou pelo próprio tráfico pairava como uma névoa que nunca se dissipava. Neste período, Vitor, o filho mais novo de Leonor, também começava a usar cocaína e a trabalhar para a facção local. Leonor me disse não enxergar o “envolvimento” de Vitor diante do medo de perder sua única filha mulher, vivido sob a sombra do luto de Glauber.

Certo dia, Leonor cozinhava quando Nato, liderança do tráfico local, foi procurar Layla em sua casa. Desconfiada, Leonor tentou escutar a conversa da filha, mas estes cochichavam justamente para evitar os ouvidos atentos de Leonor. A mãe interrogou a filha sobre a conversa e Layla laconicamente expli-

cou que era seu amigo gay.

A função de Layla no tráfico de drogas era fazer o “radinho”, a saber, ela vigiava a movimentação nas ruas e vielas da favela e informava os outros membros da facção sobre a aproximação de policiais. Vigiar ruas e vielas e fazer parte da rede de vigilância do tráfico fazia com que ela conhecesse os passos de Leonor, o que a permitia fugir da mãe que tentava encontrá-la. “Por causa da minha filha eu passei a conhecer isso aqui como a palma da minha mão.” O trabalho diário de cuidar da vida da filha fez com que Leonor caminhasse pelo bairro, entrasse na favela vizinha, conversasse e ouvisse as histórias de outras mulheres cujos filhos também trabalhavam para a facção. Seu conhecimento sobre o bairro, a favela, as redes de poder locais e os perigos que rondavam estava intimamente relacionado à função desempenhada pela filha no tráfico de drogas. Leonor incorporou a experiência da filha como sua, o que nos mostra os tentáculos da experiência da guerra às drogas na vida de todos aqueles que estão enredados nesta trama, seja pelo parentesco, seja pelas relações de amizade e de amor (ver Motta, et al. 2022).

Quando o medo se concretiza

No ano de 2007, a casa de Leonor foi invadida por policiais militares da delegacia local que buscavam por sua filha. Naquele ano, Layla havia acabado de completar 18 anos. Ela havia deixado a função de “radinho” e passou a integrar uma “bo-ca-de-fumo.” Todos sabiam que quando se ganha a maioria no Brasil, os jovens presos por tráfico de drogas iriam para as prisões, cujos regimes são historicamente marcados por torturas (Mallart 2021; Godoy 2017). O conhecimento de Leonor sobre as prisões vinha da vida de seu pai que atuou como “ladrão de joias” e “matador de polícia.” Foi fugindo de uma ordem de prisão para a temida Ilha Grande⁹ que parte da família de Leonor passou a viver na cidade

⁹ O Instituto Penal Candido Mendes foi um presídio localizado na Ilha Grande, Rio de Janeiro, criado em 1903 e implodido em 1994, que hoje funciona como museu. Sobre a história do presídio e atual museu ver: Sepulveda dos Santos 2017.

do Rio de Janeiro. O irmão mais velho de Leonor foi preso depois de esfaquear e matar um homem com quem se desentendera em uma festa de casamento. Outro irmão, aquele que Leonor suspeitava de ter matado seu filho mais velho, a espancou até ela ficar desacordada. Ela fez um boletim de ocorrência e seu irmão acionou os milicianos locais para ameaçá-la. Leonor também trabalhou como alfabetizadora em um centro de recuperação para jovens que infringiram a lei. Os conhecimentos passados sobre morte, tortura e prisão vividos dentro de sua família e no local de trabalho se somavam às novas conversas que ela estabelecia com outras mulheres de sua geração e à vigilância sobre os filhos e vizinhos. Por isso, Leonor sabia que, caso os policiais encontrassem Layla, ela “apanharia” e iria para a prisão “com os bandidos de verdade.” Com os policiais procurando sua filha, a tortura e a morte não pairavam mais como névoa, mas literalmente invadia a porta da casa de Leonor.

Os policiais não encontraram Layla, ao menos dessa vez. No momento em que a filha chegou em casa, ela foi recebida pela mãe com um cabo de vassouras. Me contou Leonor que ela própria chorava enquanto batia na filha e que chegou a quebrar o cabo de vassoura nos joelhos dela deixando-a sem andar. O choro de Leonor ao infligir o corpo da filha nos mostra como causar dor física no outro pode produzir sofrimentos naqueles que a executam¹⁰. Para Leonor, Layla tinha que “aprender” apanhando da própria mãe, pois certamente ela não “aguentaria” caso fosse interpelada por policiais. Leonor entendia a “surra” que deu na filha não como uma violência, mas como uma forma de correção, um alerta e a produção de um saber para que a Layla conhecesse no próprio corpo algo que poderia vir com força ainda maior.

O fato de ter apanhado da mãe não fez com que Layla deixasse o tráfico de drogas, mas produziu

uma mudança na sua forma de atuação. Ela passou a trabalhar de forma mais discreta na tentativa de desviar dos olhares vigilantes da mãe. Contudo, o fato de Layla ter um celular nas mãos, objeto que elas não tinham condições de comprar à época, fez com que Leonor entendesse que sua filha mantinha sua atividade. Neste ponto, penso sobre a importância de pequenos objetos capazes de levantar suspeitas, na medida em que são também um signo de que há mais dinheiro circulando dentro da casa do que a renda familiar permite. Vigiar a intimidade dos familiares em um ambiente cheio de perigos é estar atento ao trânsito desses pequenos objetos que comunicam sobre e trazem as redes de poder para dentro da vida doméstica.

Leonor tentou uma nova estratégia para tirar sua filha do tráfico de drogas. Ela foi até a favela para conversar diretamente com Nato e exigir que eles deixassem Layla em paz. Ao chegar no local, Nato estava acompanhado de seu segurança Marcão, que também atuava como “matador do tráfico.” Leonor não sabia quem era o rapaz, por isso, ela não teve medo. Aos gritos, Leonor pedia que eles nunca mais procurassem Layla, que ela não havia “criado uma bandida” e que se eles continuassem “aliciando” sua filha, ela iria na polícia, no exército e que teria coragem de matar para protegê-la. Layla saiu de casa para começar o dia de trabalho, mas voltou chorando depois de ser ameaçada por Marcão. Mais tarde, Nato desceu até a casa de Leonor para pegar o telefone de Layla. Nas semanas seguintes, Layla tinha o objeto novamente em mãos.

O medo de Leonor se concretizou. Era madrugada quando sua filha foi “pega” pelos policiais. Estes, ao invés de seguirem os procedimentos legais - atuariam-na em flagrante, recolher provas e levá-la à delegacia - arrastaram Layla para um imóvel conhecido na região como “o Casarão.” O local era amplamente

10 Não estou sugerindo aqui que todos aqueles que provocam dor no corpo do outro sofrem com esta experiência. A literatura sobre tortura na ditadura militar na América Latina nos fala dos prazeres que os perpetradores sentiam no ato da tortura, que pode inclusive cainhar lado a lado com um erotismo masculino quando analisamos o estupro de mulheres. Em trabalho recente, Benítez e Rangel (2022) discutem a relação entre fetiches extremos, envolvendo a tortura e o erótico a partir da experiência de uma mulher negra, atriz de filmes sexuais, que encena uma mulher escravizada que é espancada na relação com o desejos sexuais.

conhecido por ser o espaço onde policiais e traficantes torturam seus desafetos, o que não significa classificá-los rapidamente como inimigos, pois colegas do tráfico ou mesmo aqueles com quem a polícia estabelece relações de monetárias ilegais via “arregos” podem se tornar alvo de tortura. No Casarão, Layla foi asfixiada com um saco plástico e afogada em um balde com água. O fato de Layla ser lésbica implicou em uma tortura específica: os policiais bateram em seu rosto até desfigurá-lo.

Paro neste ponto para tecer algumas reflexões sobre a tortura que Layla recebeu em seu corpo como algo que está ancorado na vida social. Em seu recente livro “Slum Acts”, Veena Das (2022) crítica uma tradição de análises que tratam a tortura como uma prática incompreensível e que estaria fora das ações humanas. A partir das narrativas elaborada por Wahid Shaikh, acusado de ser terrorista, preso sem provas concretas e torturado durante anos na prisão, Das reflete sobre a nudez como prática de tortura executada cotidianamente pela polícia indiana. O que Das nos mostra é que o uso da nudez como técnica de tortura não está descolado dos critérios cotidianos do que é honra e vergonha para hindus e muçulmanos. Os significados de estar vestido ou estar nu não foram inventados pela polícia, segundo a autora, mas são retiradas de formas de vida e estão ancorados no entendimento compartilhado do que é um insulto.

Sigo este raciocínio para pensar sobre o castigo específico que Layla recebeu em seu corpo por ser lésbica. Por ter um corpo que carrega uma sexualidade considerada errada e passível de punição (Fernandes 2022), desfigurar um rosto feminino forma um conjunto estético-moral-punitivo que evidencia o social nas cenas de torturas¹¹. Assim, a tortura é um ato comunicativo que não se prende ao corpo que é seu objeto. Ela emite recados que circulam de forma pensável, projetável e compartilhada¹². A estética do que se pretende com a tortura não é banal, ao contrá-

rio, ela nos mostra como o gênero daquele que pune e quem será punido é confeccionado na vida social. Daí a importância de tornar visível a tortura no corpo de Layla e desfigurar seus traços femininos. Ressalto que não apenas os policiais punem mulheres na relação com a sexualidade errada. O espancamento e estupro de mulheres lésbicas e transgênero dentro das famílias e por grupos criminais é algo corriqueiro, e nos fala de valores morais compartilhados vida social.

Retorno para o momento em que os policiais torturavam Layla no Casarão. Leonor estava no trabalho como cuidadora de idosos em Copacabana. Silvio, irmão mais velho de Layla, e outros vizinhos estavam em frente ao imóvel. Ele ligou no trabalho da mãe para narrar o que ocorria. Leonor não deixou o trabalho na madrugada para não acordar a patroa. O fato de seu filho e de vizinhos estarem em frente ao imóvel e não agirem para impedir a sessão de tortura, criou um ressentimento no qual Leonor me narrou que “jamais conseguirá perdoar” seu filho, tão pouco os vizinhos, por se omitirem de ajudar Layla. Notemos que ela usa o verbo no futuro do presente, que aponta para a atualidade desta afirmação. E ela acrescentou: “Camila, eu morreria, mas eu enfrentaria os policiais para minha filha não ser sufocada com o saquinho na cabeça.” É fato que tanto Silvio quanto os vizinhos tinham pouco a fazer nesta situação. Vigiar o tráfico local fazia com que os policiais também vigiassem os moradores da região e conhecessem suas redes familiares, de amizade e de amor, cujas ameaça operam como prática de tortura (Das 2022). Agir em uma situação como esta poderia facilmente torná-los alvo de uma polícia que pode “plantar” provas para incriminar uma pessoa ou infligir castigos muito piores.

A sessão de tortura funcionou para o que os policiais almejavam. Layla “entregou” onde estava a cocaína e o dinheiro, perdeu o revólver e revelou o

11 Destaco aqui dois trabalhos recentes que discutem as punições contra os corpos femininos (Fernandes 2022) e masculinos (Jara 2021) em contexto de guerra às drogas. O primeiro fala das mulheres que são punidas diante da “sexualidade errada” e o segundo de homens que cometem “erros” dentro das facções criminais e passam por punições físicas.

12 Agradeço a Adriana Vianna por este comentário.

nome de outros de seus colegas no tráfico de drogas. Na época, o valor que os policiais conseguiram com o que Layla tinha em mãos foi um mil e trezentos reais. A sessão de tortura teve duas testemunhas locais. Por isso, as notícias de que Layla havia “entregado” as drogas e os nomes dos colegas do tráfico começaram a rapidamente se espalhar pelo bairro. A acusação de que ela havia sido uma “X9” – um traidor que fornece informações para a polícia – fez com que a pena local destinada à Layla fosse a morte. Os policiais colocaram Layla na viatura de polícia e circularam com ela pela cidade (ver Falcão, Ratton 2021). Esse procedimento operacional funciona ao mesmo tempo como ameaça de morte e desaparecimento do corpo, mas também como prática de sequestro e pedido de “resgate” para a família ou para o tráfico de drogas (ver: Hirata 2014). No caso de Layla, os policiais queriam o resgate. Como ela ocupava uma posição baixa no tráfico de drogas, o resultado é que a facção à qual pertencia não pagaria o valor do resgate. Os policiais foram à casa de Leonor e avisaram que se a família pagasse o resgate, eles liberariam Layla. Mas a família não tinha o valor, por isso Layla foi levada para a delegacia. Na manhã seguinte, os jovens que trabalhavam com Layla invadiram sua casa e levavam consigo uma corda para enforcá-la, mas quem os recebeu foi Leonor.

A prisão não libertou Layla da acusação de X9. As ameaças de morte continuavam operando dentro da instituição. Para que a filha não fosse morta na cadeia, Leonor foi até a Igreja Batista e pediu dinheiro emprestado ao pastor para que ela pagasse à facção o valor que a polícia usurpou de Layla. O pastor negou o empréstimo. A negativa do pastor fez com que Leonor revisitasse sua vida, o tempo em que ela passou na igreja e o dinheiro que ela doou ao longo dos anos. Ela entendeu que, na hora que ela mais precisava, a igreja a abandonara.

Layla recebeu uma ajuda importante. Ela veio justamente de Nato que, pelo fato de ser gay, havia criado uma relação de amizade “especial” com Layla. Esse chefe do tráfico local retirou a ordem

de matar Layla na prisão, cujo efeito foi a sua saída da solitária para as celas compartilhadas com outras mulheres. Nato também passou a enviar dinheiro à sua amiga presa, escondido de seus subordinados na facção. É interessante que a amizade entre um rapaz gay e uma mulher lésbica, características desvantajosas na vida social, se tornou um elemento positivo que liberta Layla da pena de morte na prisão. No período em que Layla esteve presa, Nato e Leonor se aproximaram e ficaram amigos.

Na cadeia, os agentes penitenciários obrigaram Layla a raspar seus longos cabelos com o objetivo de deixar claro que ela era “sapatão”, retirando os traços considerados “femininos” e impondo uma marca corporal genericada que a distinguiu das “mulheres de verdade.” O corte do cabelo foi incorporado por Layla como sua nova identidade de gênero, produzindo desgosto em sua mãe. A rotina de Leonor se transformou e passou a incluir visitas semanais à filha na prisão. Leonor me disse que se sentia com “sorte” por ser “velha e feia” porque se a mãe das mulheres presas fosse considerada “bonita”, ela poderia ser forçada a manter relações sexuais com policiais para que suas filhas não fossem violentadas e/ou violadas dentro da prisão.

A experiência de Leonor a partir da relação de sua filha com o tráfico de drogas me fez pensar sobre como o fato de a tortura ser comumente associada apenas a práticas estatais faz com que a gente perca seu espraçamento na vida social. A relação entre vítimas e perpetradores não é externa às formas de vida, ao contrário, ela é tecida na vida cotidiana de forma relacional (Segal 2020, Rechtman 2022). É fato que a tortura, o sequestro e a invasão de casas faz parte da rotina policial, seja para conseguir informações, construir um caso ou para simplesmente extorquir dinheiro, mas essa não é uma prática restrita à polícia. Essas práticas fazem com que a guerra imposta às populações pobres se inscreva na intimidade das relações de família e vizinhança e emerge nas cenas domésticas. Não estou relativizando aqui o poder do Estado presente nas forças policiais. Mas me

parece importante qualificarmos melhor o policial como uma pessoa que está envolvida em relações de família, vizinhança e poder e que, além disso, transita em contextos externos à situação de guerra. A relação diária com o policial, com o traficante e também com o miliciano não são vividas de forma abstrata. Lembro-me de uma preocupação de Leonor que continua ressoando em meus pensamentos. Ela me dizia que tentava não pensar, mas por vezes era impossível, se Layla também fazia “todas as barbaridades” que ela ouvia por aí.

Diante da “Justiça”

Lembremos que a entrada de Layla no tráfico de drogas se fazia em concomitância com o luto de Leonor pelo filho Glauber¹³. No processo de recuperação da vida, Leonor entendeu que sua conversão da Umbanda para a Igreja Baptista anos atrás a haviam deixado “cega” diante dos perigos que ela e seus filhos corriam no interior de sua família. As entidades religiosas que a protegiam, embora não a tivessem abandonado no período em que ela passou na Igreja Batista, respeitavam sua decisão e não agiam em sua vida. A recusa do pastor em ajudá-la a “salvar” sua filha da morte foi decisiva para Leonor retomar suas atividades na Umbanda e em Centros Espiritas.

Sob tortura, Layla confessou ser traficante de drogas. No documento assinado por ela, Layla também confessou que era a “gerente” do tráfico na favela próxima à sua casa. A defensora pública responsável pelo caso de Layla estava apreensiva. Ela alertou Leonor que, por Layla ter assinado esse documento que a incriminava, o caso dela era difícil. Para agravar o problema de Layla, duas jovens que costumavam comprar cocaína na “boca-de-fumo” que ela trabalhava se apresentaram (ou foram forçadas a se apresentar?) como testemunha de acusação e confirmaram que ela era a “gerente do Morro.”

Como Leonor poderia enfrentar forças tão poderosas da Lei e do Estado direcionadas à sua filha? Como lidar com provas que incriminavam Layla, produzidas sob tortura, mas cuja violação é constantemente ignorada e silenciada por promotores, juizes e defensores? Aonde encontrar forças para, ao mesmo tempo, não deteriorar ainda mais sua vida e recuperá-la diante de tamanha desigualdade e violência?

No terreiro de Umbanda, Leonor conversou com a entidade Maria Padilha, importante pomba-gira e feiticeira, uma das mais procuradas em terreiros de Umbanda por abrir caminhos para o amor. Padilha mandou Leonor redigir uma lista com os nomes de todos aqueles que estavam envolvidos no processo judicial de sua filha: policiais militares, promotores, defensores, testemunhas e juizes. O retorno de Leonor para os terreiros fez com que outra Maria, dessa vez a Molambo, voltasse a habitar o corpo e mente de Leonor. Para receber seus ensinamentos, Leonor incorporava a entidade Maria Molambo, mas presença de uma terceira pessoa era essencial pois Leonor perdia a consciência no momento da incorporação e era esta terceira pessoa quem receberia e repassaria as palavras de Molambo. Em uma das “visitas” de Molambo, Sophia, vizinha de Leonor e amiga de sua filha, aprendeu como “trabalhar a cabeça da juíza” para tirar Layla da prisão.

Os primeiros trabalhos feitos com a ajuda de Maria Padilha foram direcionados ao policial que desfigurou o rosto de sua filha durante a sessão de tortura. Este policial seria uma das testemunhas de acusação. Para a surpresa de Leonor, no momento em que ele foi chamado a testemunhar, o policial estava preso o que significava que seu trabalho espiritual estava funcionando. Mas isso não queria dizer que Leonor estivesse feliz. Leonor se preocupava com os “carmas” espirituais ela estava gerando agora - e seriam levados para a outra vida - ao fazer estes trabalhos. Ao direcionar seus trabalhos espirituais ao

13 Eu encontrei com Layla uma ou duas vezes, mas nós nunca conversamos sobre sua experiência de tortura e prisão, pois não havia intimidade para isso. Eu também nunca conversei com ela sobre como ela viveu o luto pela morte do irmão mais velho. Mesmo que Glauber não tenha morrido neste campo de tensões, isso me faz pensar na importância de compreendermos as experiências dos outros membros das famílias, como os irmãos da mesma geração ou as crianças que crescem com os pais presos ou os órfãos dessa guerra. Sobre o tema ver: Galdeano, et al. 2018.

policial, estes se recairiam sobre a mãe dele. O fato do policial estar preso fez com que Leonor imaginasse que a mãe dele chorava tanto quanto ela. Durante a audiência, o policial não reconheceu Layla. Mãe e filha imaginavam que o não reconhecimento se dava pelo seu novo corte de cabelo. Outros dois policiais que seriam testemunhas de acusação faltaram na audiência. A ausência dos policiais foi vivida por Leonor como um “recado” enviado pelas entidades para que ela continuasse com seus “trabalhos.”

Enquanto Maria Padilha trabalhava os policiais, Maria Molambo “trabalhava a cabeça da juíza.” Em nossas conversas, Leonor repetiu algumas vezes que quem julgaria sua filha era uma juíza, mulher. Eu fiquei curiosa em saber como ela tinha tanta certeza disso? Leonor me respondeu que a juíza não apenas era mulher, como era judia e que ela, “como era espírita”, pôde acionar certos espíritos para conseguir as informações solicitadas pela pomba-gira¹⁴. Ao pedir ajuda aos espíritos, estes entraram no Fórum e conseguiram os nomes daqueles envolvidos no processo de acusação de sua filha.

No dia anterior à segunda audiência Leonor se dirigiu ao Fórum a fim de encontrar o promotor Vinicius. Leonor encenava para mim como tinha feito à época e, com um pedaço de papel nas mãos, ela me mostrou como andava sempre com os nomes da juíza, do promotor, dos policiais e das testemunhas de acusação envolvidos no processo de sua filha. Leonor me contou que caminhou até Vinicius e em tom de “intimidade” o cumprimentou. Em suas palavras: “eu não chorei nem pedi nada”, ela apenas “olhou” para Vinicius e, falando firme para mim, reproduzindo o tom que dirigiu ao promotor à época, Leonor disse:

eu só quero que o senhor olhe com muito carinho para este processo porque amanhã vai ser julgada Layla Wainer. **Olhe com muito carinho e com muita atenção o processo, olhe todas as provas, olhe o caminho de vida dela e olhe o das acusadoras** (grifos meus).

A segunda audiência também não ocorreu.

A juíza não se sentia bem. Leonor ficou satisfeita, pois ela tinha ouvido falar que esta juíza era uma mulher muito “dura” e “enérgica” em suas sentenças. A ausência da juíza, portanto, não causou surpresa para Leonor. Ela e a defensora comemoraram pois, se o julgamento fosse com essa juíza específica não haveria nenhuma esperança de libertar Layla. Todo o trabalho de Leonor para tirar sua filha da cadeia estava, enfim, dando resultado.

Outras entidades ajudaram Leonor na batalha para tirar sua filha da prisão. Em uma festa de Erê (entidades infantis), ela conversou com Mariazinha da Praia, entidade que ajuda as mães a enfrentarem as tristezas relacionadas aos filhos. Quando Mariazinha da Praia olhou para Leonor, ela viu que Layla estava “naquele lugar feio.” Mariazinha pegou uma chupeta, entregou nas mãos de Leonor e fez a seguinte recomendação: “quando ela for naquele lugar feio, que ela vai com aquele monte de gente, leve essa chupeta, segure firme e me chame.”

No dia da terceira audiência, Leonor foi até o Fórum, ela não sabe dizer o porquê, mas dessa vez não a deixaram entrar. Na audiência, não era a “juíza judia”, mas um “juiz novinho” quem iria julgar o processo de sua filha. Enfrentar uma “juíza ruim e enérgica” exigiria muito mais esforços do que enfrentar um “juiz novinho”, por isso ela comemorou. Na audiência, Leonor contava com duas testemunhas de defesa: André, importante liderança política local e vizinho de Leonor, e Sophia, amiga de Layla na escola. À Sophia, Leonor entregou a chupeta que ela ganhou de Mariazinha da Praia e fez a seguinte recomendação: “Sophia, na hora que você for falar com o juiz, você tira a chupeta da bolsa, segure firme e chame a Mariazinha da Praia.”

Como a chupeta nas mãos, Sophia respondeu várias perguntas feitas pelo juiz. Ela, que tinha a mesma idade de Layla, contou ao juiz que ambas haviam sido amigas na escola, que gostavam de estudar, que tinham vários sonhos juntas, marcando as-

14 O trabalho de Yvonne Maggie, “Medo de Feitiço: relação entre magia e poder no Brasil” (1992) é pioneiro nessas discussões no Brasil. A autora nos mostra como figuras religiosas, feitiços e magias aparecem em processos judiciais do final do século XIX até os anos 80 do século XX.

sim o caminho de vida de Layla. Não demorou muito para o juiz começar a mostrar a língua e a fazer barulhos com a boca. Sophia contou para Leonor que quando o promotor começava a falar, o juiz logo respondia em tom infantil e dando risada, fazia bolinhas de papel, em resumo: ele tinha incorporado um Erê. No final da audiência, Leonor me narrou que não ficou “ansiosa”, mas tinha expectativas de que sua filha seria libertada. Ainda assim, ela estava decidida a continuar “pedindo” e fazendo os seus “trabalhos.”

Na semana seguinte, a notícia esperada. Layla ligou para sua mãe do orelhão localizado do lado externo da prisão. Mas Layla não poderia voltar para a casa de sua mãe visto que seu amigo Nato não conseguiria defendê-la da acusação de X9 no bairro. Por esse motivo, Leonor pediu que a filha a esperasse em um banco em frente ao ponto de ônibus localizado na saída da penitenciária. Sophia acompanhou Leonor. Layla estava ansiosa e ligava insistentemente para a mãe. Era 18 horas, horário trânsito intenso, o que fazia a ansiedade aumentar. Da janela do ônibus, Leonor viu sua filha e começou a gritar “Layla, Layla”, com suas palavras:

Todo mundo do ônibus começou a gritar “sobe, sobe.” E ela subiu e me abraçou e abraçou a Sophia. Parecia que todo mundo naquele ônibus sabia o que estava acontecendo e eles começaram a gritar e a bater palma. Foi muito lindo! E aí, eu falei: “acabou, filha.”

Se, de fato, todos sabiam o que se passava com Leonor e Layla não é o que me interessa aqui. Mas a ideia que o pensamento de Leonor carrega fala do conhecimento das pessoas que utilizam diariamente um transporte público que liga o centro do Rio de Janeiro à região mais periférica da cidade, com um ponto de parada especificamente em frente à prisão. Essa experiência é compartilhada diariamente por moradores de periferias, que identificam quem é a pessoa esta indo visitar um parente preso ou aquele que sai da prisão, mas também geram testemunhos mútuos de suas experiências vividas diante do encarceramento em massa, resultado da política de guerra às drogas. Da prisão, Layla foi para São Paulo e passou quase cinco anos sem visitar sua mãe. Ela voltou

ao Rio de Janeiro quando muitos dos que a conheceram morreram ou estavam presos e sua história havia se diluído nas tantas outras histórias como as dela.

Notas sobre que aprendi com as memórias de Leonor

Lembro-me da surpresa que senti quando ouvi Leonor me narrar pela primeira vez sobre o trabalho no tráfico de drogas de sua filha, a tortura e a prisão. O ano era 2013 e eu havia ido visitá-la como parte da etnografia para minha pesquisa de doutorado que visava documentar a luta dos moradores da ocupação pelo direito a moradia no centro da cidade do Rio de Janeiro. Essas e muitas outras histórias envolvendo conflitos familiares, policiais militares, juizes, promotores, grupos de tráfico de drogas e de milicianos estão emaranhados à forma de vida de Leonor, de seus vizinhos e familiares. As histórias que escolhi trazer para este texto me foram narradas no intervalo dois anos, na intimidade da vida doméstica, por uma mulher já idosa. Gostaria de ressaltar que, naquele momento, morte, tortura e prisão não eram questões eu pretendia refletir em meus escritos. Mas o processo de Leonor narrar e renarrar essas histórias foi aos poucos me mostrando como elas foram inscritas nas suas relações de maternidade, de vizinhança, no seu próprio conhecimento sobre o mundo.

Para as palavras finais, centro-me nos movimentos feitos por Leonor durante o processo judicial que levou à absolvição de Layla. Por conta da relação que mantenho com Leonor, fui sendo levada a ler trabalhos que tratam do tema da “violência urbana”, em especial aqueles que analisam a luta das mães que tiveram seus filhos assassinados por policiais militares (Vianna e Farias 2011; Araújo 2014; Lacerda 2015; Efrem-Filho, 2017; Alves 2018; Farias 2020). Este é um campo de pesquisa fecundo e que ganha cada vez mais espaço no país, pois caminha lado a lado com o crescimento dos movimentos sociais liderados pelas mães de vítima de violência de estado. Em geral, a mobilização familiar se ancora na luta por direito e

justiça e na reivindicação da condição de vítima de terrorismo de Estado, cujo vocabulário se reflete nas análises. No argumento dessas mulheres, a ausência de um juiz, o adiamento de uma audiência judicial, entre outras adversidades que impem o desenrolar do julgamento, são denunciadas como negligência estatal. Assim, o Estado aparece nas narrativas dos movimentos sociais como aquele que nega a justiça, e é acusado de ser ora o autor ora o cúmplice da injustiça.

A história de Leonor nos mostra outra forma com que as famílias enfrentam a inscrição da guerra movida contra os pobres nas tramas de suas vidas. A partir das narrativas elaboradas no espaço doméstico, o Estado assume outras modulações na vida cotidiana, que difere da tríade vítima, direito e justiça. O fato de Leonor saber que sua filha trabalhava para a facção de tráfico de drogas local fez com que ela não reivindicasse a condição de vítima de sua filha, mesmo ciente da tortura que ela sofreu. Ela não acusava o Estado de negligente ou ineficiente, pois no caso de Layla, ele havia sido bastante rápido e eficiente: Layla mal havia completado 18 anos quando foi presa. Contudo, fazer uso de uma linguagem distinta daquela enunciadas por movimentos sociais em espaços públicos não significa que Leonor não entendia os mecanismos do poder estatal. Ao contrário, ela os conhecia de uma forma precisa: Leonor sabia quais eram os principais agentes responsáveis para condenar ou absolver sua filha; conhecia o poder discricionário que é próprio a esses agentes, por isso a performance cuidadosa ao falar com o promotor Vinicius: olhar firme para ele e sem chorar, e pedir que ele olhasse com carinho para o processo de Layla. Por isso também era preciso retirar a juíza “ruim e enérgica” e colocar em seu lugar o “juiz novinho.” As ações de Leonor foram elaboradas no contexto do crescente encarceramento em massa, por isso, ela construiu a singularidade de sua filha na relação com o seu “caminho de vida”, que esta enredado ao cuidado que a mãe dedicou à filha. A relação mãe-filha diferenciaria Layla dos “bandidos” e da máxima am-

plamente compartilhada na sociedade brasileira que diz: “bandido bom é bandido morto.”

As memórias de Leonor me fizeram pensar nas formas distintas com que as pessoas se engajam nos processos da lei e da burocracia. Parece-me que ela queria “trabalhar” nos muitos raciocínios que produzem a “razão de Estado.” Aqui, estou fazendo um jogo e construindo uma distinção entre atuar no raciocínio das pessoas que trabalham no estado, o que modificaria a própria “razão de Estado.” O conceito de “razão de Estado” foi pensado por Foucault (2008) como o resultado de uma miríade de novas tecnologias de poder que criaram o sentido de “população” e “da biopolítica” como forma de governo. A “razão de Estado” contemporânea que me parece estar operando aqui é justamente as práticas e tecnologias produzidas pelas políticas de guerra às drogas que levam ao encarceramento em massa de certas populações. Quando Leonor decidiu “fazer a cabeça” dos juizes que estavam envolvidos no julgamento de Layla, ela atuou ao mesmo tempo no raciocínio das pessoas individualmente envolvidas no julgamento e na “razão de Estado.” Para atuar na “razão de Estado” e ir na contramão do encarceramento em massa, Leonor precisaria produzir a particularidade do caso de sua filha. Com outras palavras, ela precisaria interromper o processo estatal de transformação de Layla na população abstrata “bandidos.” Se a “razão de Estado” visa produzir populações, o esforço de Leonor vai justamente mostrar a singularidade de Layla. E o que permite que Leonor construa a singularidade de Layla é justamente o cuidado que ela dedica à sua filha, como visitá-la frequentemente na prisão, opondo-se ao abandono que é comum às mulheres presas. As memórias de Leonor me fazem pensar na produção de populações, portanto, não como algo acabado, mas como um processo que está sendo jogado e contestado na vida diária.

Mas Leonor conhecia mais. Ela sabia que sozinha dificilmente conseguiria enfrentar uma instituição tão poderosa como é “o Estado”, que se somava à impossibilidade de defender sua filha da acusa-

ção de tráfico de drogas. Para enfrentar o raciocínio e a “razão de Estado” ela precisaria formar alianças que fizessem dela uma pessoa poderosa, e criar estratégias que lhe desse condições de “trabalhar” nas pessoas específicas que teriam o poder de absolver Layla. Dessa maneira, Leonor transformou “o Estado” em algo que se pode atingir por meio das pessoas que atuam na instituição. Para reunir tamanha força capaz de mudar o rumo do julgamento de sua filha, ela formou a alianças com seres que não respeitam os poderes, as forças e as fronteiras estabelecidas. Fazer alianças com espíritos que adentram Fóruns e conseguem informações confidenciais, com entidades que têm o poder de atuar nas cabeças de policiais, juízes e promotores, nos apresenta um tipo de *expertise* que coloca em relação os poderes do estado, os poderes de uma pessoa comum e os poderes de entidades religiosas. Gostaria de destacar aqueles que ajudaram-na a enfrentar o processo de acusação de sua filha: Maria Molambo e Maria Padilha, ambas pomba-gira ou “povo da rua”; a Mariazinha da Praia e Erês, ambas entidades infantis; os espíritos e sua amiga Sophia. Foi essa miríade de pequenos espíritos, entidades e pessoas majoritariamente femininas ou infantis que criou uma força capaz de enfrentar policiais, juízes, promotores e subverter a lógica vigente. Policiais, juízes e promotores, bem como traficantes e milicianos convivem com essa densidade e variedade de entidades e espíritos. Assim, os acontecimentos internos à audiência judicial estão em constante comunicação com eventos, santos e pessoas que estão fora do tribunal (Das 2020). Por isso, parece-me ser importante não separa o secular e o religiosos, o mágico e o racional, pois estas características também fazer a própria constituição do estado que é mágico, opaco e discricionário.

Para finalizar, gostaria de enfatizar que, embora eu destaque a morte e a tortura como experiências que se embebem nas relações de família e vizinhança como condição durável, isso também significa dizer que elas se tecem às praticas cotidianas de cuidado e solidariedade. O amor que Leonor sente

por sua filha Layla atravessa os espaços doméstico e institucionais, as relações de vizinhança e de poder locais. Por seu amor, vemos como rastros das instituições estatais se infiltram nos sentimentos mais íntimos em que cuidado e solidariedade não se fazem separados da experiência de se viver em um mundo em guerra. Por isso, também, a importância de trazer as outras experiências de morte, tortura e prisão dentro da família, pois elas nos mostram o compartilhamento intergeracional dessas experiências na vida diária que produzem acúmulo de conhecimento. As memórias de Leonor, por fim, nos permite ir contra a ideia de que as pessoas que vivem em contextos de guerra naturalizam a violência com o passar dos anos. Minha tentativa neste texto foi a de rejeitar o desejo de estado que nos convida a apagar a singularidade da vida de pessoas como Leonor e Layla, ao tratá-las como mais um caso em meio a números que engrossam as estatísticas populacionais.

Bibliografia

- Abrams, Philip. 2006. “Notes on the Difficulty of Studying the State.” In: *The Anthropology of the State. A Reader*, ed. Aradhana Sharma & Akhil Gupta, 112-130. Malden : Blackwell Publishing.
- Alves, Jaime. 2018. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Araujo, Fábio. 2014. *Das ‘técnicas’ de fazer desaparecer corpos*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Birman, Patrícia & Camila Pierobon. 2021. “Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular.” *Revista de Antropologia* 64 (2): e186647. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186647>.
- Castro, Odilon, Richard Miskolci & Pedro Pereira. “Mães de usuários de crack: gênero e agência no tratamento para dependência química.” *Cadernos Pagu*, 62: e216222. DOI: doi.org/10.1590/18094449202100620022 (Acesso em: 10/01/2022).
- Das, Veena. 2022. *Slum Acts*. Cambridge: Polity Press.

- Das, Veena. 2020. *Textures of the Ordinary: doing anthropology after Wittgenstein*. New York: Fordham University Press.
- Das, Veena. 2019. "Where is democracy in India? Asking Anthropological Theory to Open Its Doors." *Anthropological Theory Commons*. Disponível em: <http://www.at-commons.com/2019/11/24/where-is-democracy-in-india-asking-anthropological-theory-to-open-its-doors/> (Acesso em: 15/12/2019).
- Das, Veena. 2007. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Los Angeles: University of California Press.
- Das, Veena & Deborah Poole. 2004. "State and its Margins: Comparative Ethnographies." In: *Anthropology in the Margins of the State*, ed. Veena Das & Deborah Poole, 3-34. Santa Fe : School of American Research Press.
- Díaz-Benítez, María Elvira & Everton Rangel 2022. "Evoações da escravidão. Sobre sujeição e fuga em experiências negras." *Horizontes Antropológicos*, 28 (63): 39-69. DOI: doi.org/10.1590/S0104-71832022000200002 (Acesso em: 13/06/2022).
- Efrem-Filho, Roberto. 2017. "Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território." Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- Falcão, Lara & José Luiz Ratton. 2021. "Os bacharéis e a tortura: percepções de operadores do sistema de justiça criminal sobre as dinâmicas da tortura policial." *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 8: 1-29. DOI: doi.org/10.19092/reed.v8.615 (Acesso em: 03/02/2022).
- Farias, Juliana. 2020. *Governo de mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições.
- Feltran, Gabriel. 2011a. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/CEM.
- Feltran, Gabriel. 2011b. "'Trabalhadores' e 'bandidos' na mesma família." In *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* dirigido por Roger Cabanes, Isabel Georges, Cibele Rizek & Vera Telles 397-417. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Fernandes, Camila. 2022. *Figuras da Causação: as Novinhas, as Mães Nervosas e as Mães que abandonam os Filhos*. Rio de Janeiro: Editora Telha.
- Ferreira, Letícia. 2015. *Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Foucault, Michael. 2008. *Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Galdeano, Ana Paula, André Chalon, Evorah Cardoso & Rita Barbosa. 2018. *Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: levantamentos de impactos sociais, econômicos e afetivos*. São Paulo: Cebrap.
- Garcia, Angela. 2015. "Serenity: Violence, Inequality, and Recovery on the Edge of Mexico City." *Medical Anthropological Quarterly*. 29 (4): 455-472. DOI: [10.1111/maq.12208](https://doi.org/10.1111/maq.12208) (Acesso em 20/10/2017).
- Godoi, Rafael. 2017. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo.
- Han, Clara. 2012. *Life in debt. Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkley: University of California Press.
- Hirata, Daniel. 2014. "A propos d'un point de vente de drogues: notes ethnographiques." *L'Ordinaire des Amériques*, 216: 1-9. DOI: doi.org/10.4000/orda.1177 (Acesso em 23/09/2015).
- Jara, Simon. 2021. "A cobrança: os sentidos de justiça das facções do Maranhão." *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).
- Lacerda, Paula Mendes. 2015. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Leite, Márcia Pereira. 2004. "As mães em movimento." In *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz* dirigido por Patrícia Birman & Márcia Pereira Leite, 141-190. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Maggie, Yvonne. 1992. *Medo de feitiço: relação entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Mallart, Fábio. 2021. *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*.

Lisboa: Etnográfica Press.

Mano, Apoena & Palloma Menezes. 2021. “Alerta Santa Marta: dispositivos de (contra) vigilância em favelas no Rio de Janeiro.” *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, 52: 147-173. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i52.a48191>.

Motta, Eugênia. 2020. “Uma casa boa, uma casa ruim e a morte no cotidiano.” *Etnográfica*, 24 (3): 775-795. DOI: doi.org/10.4000/etnografica.9603 (Acesso em: 15/03/2022).

Motta, Luana; Rafael Rocha, Ada Rísia & Adson Amorim. 2022. “Fora do crime no ‘mundo do crime’: experiências juvenis em meio à guerra em periferias de Maceió e Belo Horizonte.” *Dilemas*, 4: 387-414. DOI: doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46076 (Acesso em: 23/06/2022).

Muehlmann, Shaylih. 2018. “The gender of the war on drugs.” *Annual Review of Anthropology*, 47: 315-330. DOI: doi.org/10.1146/annurev-anthro-102317-050214 (Acesso em: 17/05/2019).

Pierobon, Camila. 2021. « Family Betrayals: The Textures of Kinship. » *Sociologia & Antropologia* 11 (3): 969-890. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752021v1136>.

Rechtman, Richard. 2022. *Living in Death: Genocide and Its Functionaries*. New York: Fordham University Press.

Rosa, Thaís. 2015. “Da casa própria à casa manjada: dinâmicas socioespaciais e vulnerabilidades territorializadas nas periferias urbanas.” In *Anais, 39º Encontro Anual da ANPOCS* (Caxambu, Online) 1-38. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt34/9767-da-casa-propria-a-casa-manjada-dinamicas-socioespaciais-e-vulnerabilidades-territorializadas-nas-periferias-urbanas/file> (Acesso em: 03/04/2016).

Sarti, Cynthia. 2021. “Figurations of pain: memory through life.” *Sociologia & Antropologia*, 11: 817-842. DOI: doi.org/10.1590/2238-38752021v1134 (Acesso em: 04/05/2022).

Sarti, Cynthia. 2019. “Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira.” *Revista de Antropologia* (São Paulo), 62: 505-529. DOI: doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165230 (Acesso em: 03/04/2020).

Segal, Lotte. 2020. “Torture and the veil of singularity: A commentary on Veena Das’ ‘Where is Democracy in India?’” *Asking Anthropological Theory Open Its Doors*. Disponível em: <http://www.at-commons.com/2020/07/15/torture-and-the-veil-of-singularity-a-commentary-on-veena-das-where-is-democracy-in-india-asking-anthropological-theory-to-open-its-doors/> (Acesso em: 12/12/2020).

Segal, Lotte. 2018. “Tattered textures of kinship: The effects of torture among Iraqi families in Denmark.” *Medical Anthropology*, 37 (7): 553-567. DOI: doi.org/10.1080/01459740.2018.1462807 (Acesso em: 12/12/2020).

Sepulveda dos Santos, Myriam. 2017. “O encontro da militância com a vadiagem nas prisões da Ilha Grande.” *Topoi: Revista de História*, 18: 356-380. DOI: doi.org/10.1590/2237-101X01803506 (Acesso em: 22/06/2022).

Vianna, Adriana. 2021. “Disquiet: words, times and relations along an ethnographic trajectory.” *Sociologia & Antropologia*. 11 (3): 793-815. DOI: doi.org/10.1590/2238-38752021v1133 (Acesso em: 04/05/2022).

Vianna, Adriana. 2015. “Tempos, dores e corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro.” In *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Ed. Patrícia Birman, Márcia Pereira Leite, Carly Machado & Sandra de Sá Carneiro 405-418, Rio de Janeiro, Editora FGV.

Vianna, Adriana & Juliana Farias. 2011. « A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. » *Cadernos Pagu*, 37 (1): 79-116. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004> (Acesso em: 04/03/2020).